

# PASTORAL DA Terra

## AMAZÔNIA

Articulação das CPTs  
visita comunidades  
impactadas pelo  
mercado de carbono P4

## 8M

Semeando rebeldias e  
colhendo resistências,  
mulheres vão às ruas por  
uma vida sem violência P6

JANEIRO A MARÇO DE 2024

| N° 262 | ANO 49

| WWW.CPTNACIONAL.ORG.BR

| f @ t v @CPTNACIONAL



### SOLIDARIEDADE

## "Vós sois todos irmãos e irmãs": Campanha da Fraternidade 2024 nos convida a contrapor o ódio e a indiferença

Este ano, com o tema "Fraternidade e Amizade Social", a Campanha celebra 60 anos de ações em âmbito nacional, mobilizando a sociedade pela dignidade humana P8e9

Ludmila Pereira



## DA REDAÇÃO

## EDITORIAL

## Novo ano, velhos conflitos

A cada virada de ano, toma-se um fôlego, reorganiza-se a casa, renovam-se as esperanças. Em nosso sonho coletivo por uma terra sem males, a esperança maior é a de construir, neste novo ano, um pouco mais da longa caminhada que nos devotamos a trilhar, em defesa dos povos, dos territórios e de sua integralidade de direitos. Nesta nova edição do Pastoral da

Terra, é possível perceber que, nesse caminho, as pedras são muitas. Seja pelas ameaças da mineração ou pelos impactos do mercado de carbono às comunidades, seja pela paralisação da reforma agrária ou pelo veneno do agronegócio que chega ao prato de brasileiras e brasileiros que lutam contra a fome. Seja pela realidade do trabalho escravo moderno ou pela

impunidade às graves violências sofridas pelos povos na luta pela terra. O fato é que entramos em um novo ano, mas esses conflitos são velhos conhecidos. Apesar de todo este cenário, ainda é possível perceber a resiliência das comunidades e dos povos. Seja pela força das mulheres em não aceitarem nenhuma a menos, ou pelos protestos no Brasil e no mundo em defesa das vi-

das palestinas. Seja por uma campanha histórica que hoje prega a amizade social para contrapor o ódio, ou pela comemoração das quatro décadas de existência de um movimento popular de trabalhadores rurais que lutam pelo direito à terra. O fato é que entramos em um novo ano e nossas resistências seguem fortes como novas.

Boa leitura!

## PUBLICAÇÕES



Ambiental e Direitos Humanos, trabalhados em seus 28 artigos e com a escrita de 51 autoras e autores de diversas regiões do país, a partir da atuação em movimentos, organizações sociais e universidades.

Os textos trazem dados e análises sobre um amplo panorama de temas, como meio ambiente, trabalho, economia, educação, juventude, feminismo, relações raciais, cultura e comunicação. Os artigos apresentam pesquisas e propostas para garantir direitos básicos, justiça social, racial e ambiental.

Baixe gratuitamente: [bit.ly/DH-Brasil-2023](http://bit.ly/DH-Brasil-2023)

## Direitos Humanos no Brasil 2023 - Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

A 24ª edição do livro, publicado anualmente, apresenta uma diversidade de conteúdos articulados pela temática da Justiça



## Dicionário Político da Articulação Agro é Fogo - O agro não é tudo! Territórios de vida resistem!

A publicação trabalha 18 verbetes que buscam desconstruir os conceitos e as mentiras do agrone-

gócio, repetidos a todo tempo na grande mídia, nos discursos oficiais e no senso comum, como se fossem verdade. Os verbetes mostram como o avanço do agro afeta a vida dos territórios de povos e comunidades do campo, gerando violência, exploração e degradação ambiental.

O material segue os princípios da educação e da comunicação populares, visando tornar mais acessíveis as análises complexas realizadas nas três fases do Dossiê da Articulação Agro é Fogo. O Dicionário Político é destinado a movimentos sociais e organizações de base comunitárias, a fim de contribuir e estimular as reflexões nos territórios.

Baixe gratuitamente: [bit.ly/dicioagroefogo](http://bit.ly/dicioagroefogo)



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

**Secretaria Nacional**  
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,  
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás  
CEP.: 74030-090  
Fone: (62) 4008-6466  
Fax: (62) 4008-6405  
[www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br)  
[comunicacao@cptnacional.org.br](mailto:comunicacao@cptnacional.org.br)

**Presidente**  
Dom José Ionilton

**Vice-Presidente**  
Dom Sílvio Guterres

**Coordenadores Nacionais**  
Andréia Silvério  
Carlos Lima  
Isolete Wichinieski  
Ronilson Costa

**Redação**  
Carlos Henrique Silva (5197/PE)  
Heloisa Sousa (4499/GO)  
Júlia Barbosa (4505/GO)  
Rede de Comunicadores/as da CPT

**Jornalista responsável**  
Júlia Barbosa (4505/GO)

**Impressão**  
Gráfica e Editora América Ltda.

**Diagramação**  
Refile Editorial - Viniçius Pontes  
[www.refileeditorial.com](http://www.refileeditorial.com)

**Assinaturas**  
Anual R\$ 30,00  
Pagamento pode ser feito por meio de depósito no Banco:  
Caixa Econômica Federal  
Agência 4520 Operação 003 Conta/  
DV 648-6  
IBAN BR51 0036 0305 0452 0000  
0006 486C 1  
SWIFT da CEF: CEFXBRSP

**Razão Social**  
Comissão Pastoral da Terra

**CNPJ / PIX**  
02.375.913/0001-18

**Informações**  
[cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)

**Tiragem**  
3.000 exemplares

**Apoio**



## FIQUE INFORMADO

## Campanha Contra a Violência no Campo lança cartaz em memória aos mártires da terra



Arte: Júlia Barbosa

A Campanha Contra violência no Campo realizou o lançamento de seu cartaz oficial, que presta uma homenagem às lutadoras e lutadores martirizados pela violência no campo, ao mesmo tempo em que denuncia o agravamento dos conflitos e a impunidade desses crimes.

No cartaz, estão representados Fernando dos Santos, sem terra assassinado em 26 de janeiro de 2021; Edvaldo Pereira, quilombola morto em 29 de abril de 2022; e Mãe Bernadete Pacífico, quilombola e ialorixá executada em 17 de agosto de 2023.

O lançamento ocorreu em 26 de janeiro deste ano, no

marco de três anos do assassinato de Fernando. A atividade contou com testemunhos de familiares e companheiros de luta das vítimas, que denunciaram a impunidade e a falta de justiça que impera sobre os conflitos no campo.

A Campanha caminha para seu segundo ano de atuação, mobilizando mais de 60 organizações sociais, e se articula para ações mais próximas e presentes nos territórios e comunidades em 2024. Mais informações e acesso ao cartaz podem ser solicitados pelo email [contraviolenciano-campo@gmail.com](mailto:contraviolenciano-campo@gmail.com).

Fonte: Assessoria de Com. da CPT

## Pesquisa “Memória dos Massacres no Campo” recebe incentivo do Ministério da Justiça

No dia 31/01, O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Universidade de Brasília (UnB) formalizaram a assinatura do convênio para fomentar a pesquisa “Memória dos Massacres no Campo”. Com investimento do Governo Federal, via Secretaria de Acesso à Justiça (Saju/MJSP), o convênio terá duração de dois anos.

A pesquisa conta com a participação direta da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A partir da experiência iniciada em 2020 pela CPT junto ao Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) e universidades públicas, o trabalho visa analisar com profundidade processos judiciais dos casos de massacres no campo na Nova República (1985-2019).

A pesquisa irá resultar em uma publicação com análises de seis casos emblemáticos de massacres no Brasil e as falhas encontradas nos processos judiciais. Assim, busca contribuir para a reversão do quadro histórico de impunidade no campo, que permeia a luta pela terra no país.

Fonte: Assessoria de Com. da CPT

## 46ª Romaria da Terra do RS reúne 4 mil pessoas em Ipê, berço da agroecologia



Heloisa Sousa

Romeiros caminham inspirados pelo cuidado com a Mãe Terra e anúncios de um futuro sustentável

Na manhã de 13 de fevereiro, o município de Ipê (RS), considerado a capital nacional da agroecologia, recebeu a 46ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, com a presença de 4 mil pessoas.

Levantando bandeiras da agroecologia, reforma agrária, memórias dos mártires,

economia solidária, agricultura familiar e paz, romeiros e romeiras se inspiraram no lema ‘Escutar a Mãe Terra e com Maria cuidar da Vida’ para uma caminhada de fé e de luta.

Ao final, romeiras e romeiros puderam retornar aos seus lares abastecidos

de sua espiritualidade, força para a luta e mudas de Ipê e outras árvores nativas do Sul do país. A carta das romeiras e romeiros para as comunidades também foi lançada, apresentando denúncias e anúncios.

Fonte: Assessoria de Com. da CPT

## AMAZÔNIA

## AMACRO

# Articulação das CPTs da Amazônia visita comunidades impactadas pelo mercado de carbono

Fazendo parte de uma área que abrange 32 municípios no Amazonas, Acre e Rondônia, a região prometida como “modelo” de desenvolvimento com foco na sociobiodiversidade se tornou um epicentro de grilagem e altas taxas de desmatamento e conflitos

**Carlos Henrique Silva**  
comunicacao@cptnacional.org.br

Uma missão organizada pela Articulação das CPTs da Amazônia visitou, entre os dias 18 a 24 de fevereiro, comunidades impactadas por projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), conhecidos como créditos de carbono, na região dos projetos Valparaíso e Russas, no município de Cruzeiro do Sul/AC.

Além de agentes das regionais Acre, Amazonas, Rondônia e Pará (equipe Santarém), também acompanharam o grupo a profa. Dra. Fabrina Furtado, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e o prof. Dr. Afonso Chagas, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que atuam com pesquisas na área de mercado de carbono e capitalização da natureza, e Elisângela Paim, coordenadora do programa de Clima e Energia da Fundação Rosa Luxemburgo.

A missão buscou conhecer a realidade das famílias, entender a situação jurídica das que estão em processo de reintegração, realizar incidências nos órgãos ambientais do estado e formalizar denúncias de territórios em situação de grilagem.

“Estes projetos intensificam o conflito fundiário. Há relatos de fazendeiros que praticavam grilagem há muitos anos e largaram a terra, e agora estão voltando com ameaças de tomar de volta territórios que já são das comunidades por direito, pois lá elas construíram suas vidas, plantam, colhem, vivem do rio, e têm espírito coletivo como comunidades tradicionais e ribeirinhas. Algumas já deixaram suas terras e outras se sentem ameaçadas de expulsão por estes fazendeiros, que têm influência política e econômica”, destacou a professora Fabrina.

Além da ausência do direito de serem informadas e consultadas sobre os projetos, as famílias também relatam te-

rem sido enganadas com vantagens em dinheiro e insumos para a produção, como acesso à internet, posto de saúde, telefone, lancha e outros recursos, mas que somente ficaram na promessa.

“Com isto, temos um contexto de fazendeiros e empresários que desmatam, mas podem alegar que estão compensando com a compra de créditos de carbono, e na verdade as comunidades que mais preser-



Região vendida como novo “polo sustentável” na gestão Bolsonaro é campeã de desmatamento para formação de pasto e conflitos

vam o meio ambiente acabam sendo criminalizadas”, acrescenta a professora.

## Amacro

Lançada pelo Governo Federal em dezembro de 2021, a Amacro ou Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira chegou com a promessa de beneficiar 32 municípios do sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia, uma área com

população estimada de aproximadamente 1,7 milhão de pessoas em 2020.

Contudo, ao completar dois anos de lançada, a região que seria um “modelo” de desenvolvimento com foco na sociobiodiversidade, se tornou um epicentro de grilagem de terras para exploração madeireira, criação de gado e abatedouros, agravando conflitos que já existiam anteriormente. O avanço da agropecuária, somado ao desmatamento e às queimadas, trouxe consequências danosas para os povos e comunidades.

Além do desequilíbrio do meio ambiente, a região também tem se tornado um dos principais focos crescentes da violência no campo do Brasil. Segundo o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), ocorreram 7 assassinatos nesta região em 2023, sendo 4 no Amazonas (1 sem-terra e 3 posseiros) e 3 em Rondônia, todos sem-terra.

As comunidades ainda sofrem com tentativas de assassinato, ameaças de morte e queima de casa de lideranças, como já aconteceu em comunidades extrativistas e povos indígenas que tiveram seus territórios afetados com desmatamento, inclusive com despejos de veneno por avião, que atingem toda a floresta. Com os projetos de REDD, os povos tradicionais e seus modos de vida acabam sendo ainda mais impactados com a sobrecarga da preservação e recuperação da natureza.

## DIREITOS HUMANOS

## DE OLHO ABERTO

# Atividades regionais marcam Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Com número recorde de resgates registrados no últimos dez anos, instituições se mobilizam em ações de prevenção e visibilização da realidade de escravidão no País

**Heloisa Sousa**  
heloisa@cptnacional.org.br

Há 20 anos, no dia 28 de janeiro, três auditores fiscais do trabalho e o motorista do Ministério do Trabalho que os acompanhava durante inspeção em fazendas no município de Unaí (MG), foram covardemente assassinados. Desde então, em memória à vida e ao trabalho de Nelson José da Silva, João Batista Soares Lages, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e Ailton Pereira de Oliveira e como grito de justiça, a data marca a cada ano o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

No mês de janeiro, diversas regionais da CPT realizaram ações de conscientização e incidência a respeito do tema. Distribuição de panfletos informativos, seminários e oficinas estão entre as atividades realizadas.

**Pará** - As ações foram organizadas junto à Rede de Ação Integrada de Combate a Escravidão (Raice). No dia 24/01, em Marabá, houve dis-

tribuição de material preventivo e exibição do filme “Pureza”, na rodoviária do município, que foi cenário do filme. No dia 25/01, foi realizado o lançamento da campanha “Sou Livre da Escravidão”, promovida pela Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF). No dia 26/01, ocorreram caminhadas de conscientização nos municípios de São Félix do Xingu e Itapuranga, além da realização de uma exposição fotográfica sobre o tema.

**Ceará** - Junto à Rede um Grito Pela Vida (RGPV), a CPT realizou uma assembleia para debates e reflexões acerca do tráfico humano e trabalho escravo. O momento, realizado no dia 20/01, em Sobral, também contou com avaliação e planejamento de ações.

**Piauí** - Cerca de 100 pessoas de diferentes municípios do estado estiveram reunidas no Centro Guadalupe, em Teresina, para o seminário “Sim ao Trabalho, à Dignidade! Não à Escravidão!”. A atividade trouxe informações e



Dona Nelma, liderança do Quilombo Cocalinho (Santa Fé do Araguaia/TO), em caminhada de conscientização, falando sobre as falsas promessas de trabalho que levam a situações de escravidão

momentos de reflexão sobre a realidade do trabalho escravo, os direitos trabalhistas e as políticas públicas de prevenção e atendimento às vítimas.

**Tocantins** - No dia 27/01, em Araguaína, foi realizada panfletagem na rodoviária do município. Em Muricilândia, a programação contou também com oficinas para assistentes sociais e caminhada, no dia 28, no Quilombo Dona Juscelina.

**Amazonas** - Dia 27/01, as agentes da CPT Ana Virgínia

entrevistou Roberto Mendes, auditor-fiscal e coordenador da SRT-GO a respeito do assunto.

**Minas Gerais** - No município de Varginha, no dia 29/01, foi realizado um seminário de avaliação e conjuntura regional com debate sobre o trabalho escravo, com destaque para o Sul e Sudoeste do estado.

## Servidão

No dia 25 de janeiro estreou no Brasil o documentário Servidão. A obra do cineasta Renato Barbieri, que também é autor de “Pureza”, aborda a escravidão contemporânea, com foco na Amazônia brasileira.

Assim como “Pureza”, o longa-metragem é um rico registro sobre a situação do trabalho escravo no país, apresentando histórias reais de vítimas das relações de trabalho degradantes. Foram ouvidos também abolicionistas de diferentes vertentes.

Com exibição nas salas de cinema de diversas capitais brasileiras e em atividades de conscientização sobre o tema, o filme já está disponível nas plataformas digitais iTunes (Apple), Google Play/YouTube Filmes, Vivo Play e Claro TV+.

## MOVIMENTOS

8M

## Semeando rebeldias e colhendo resistências, mulheres vão às ruas por uma vida sem violência

Regionais da CPT realizam ações pelo 8 de março junto a mulheres camponesas acompanhadas pela pastoral

Júlia Barbosa

julia@cptnacional.org.br

Pelo fim da violência contra seus corpos-territórios, mulheres em luta ocuparam as ruas por todo o Brasil durante as comemorações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Todos os anos, o mês é inundado por um mar de lutas das mulheres, que com sua mística e rebeldia, entoam gritos de ordem e profecia que denunciam as violências e anunciam as resistências.

As mulheres do campo, das águas e das florestas, em especial, marcham pela memória ancestral de lutadoras que dedicaram suas vidas à luta por direitos e justiça. Ecoam vozes enlutadas pela violência que vítima lideranças da luta pela terra e em defesa dos territórios. No ano passado, a execução brutal de Mãe Bernadete Pacífico, ialorixá e liderança do Quilombo Pitanga dos Palmares (BA), evidenciou a violência contra quilombos no país e como esses conflitos ceifam a vida das mulheres em seus territórios.

Este ano, em janeiro, nos chocamos com o assassinato de Nega Pataxó, pajé do povo

Pataxó Hã Hã Hãe, da Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu (BA), mais uma mulher a ter sua vida dizimada na luta pela terra. Essas violências escancaram como a não demarcação e titulação de territórios indígenas, quilombolas e tradicionais contribui para o aumento dos conflitos no campo e das vítimas desses conflitos.

Por Mãe Bernadete, por Nega Pataxó e por toda a ancestralidade representada por elas e outras tantas, o 8 de março é, também, dia de cobrar justiça pelas mulheres que tombaram nos processos de luta pela terra e em defesa dos direitos.

### 8M pelo Brasil

Contra essa realidade violenta e pela garantia integral dos direitos de todas as mulheres, foram realizadas atividades e atos políticos por todo o país, que não apenas denunciaram as violências enfrentadas por elas, como também evidenciaram os trabalhos realizados pelas mulheres em suas comunidades, valorizando a agricultura familiar e camponesa.

No Tocantins, as mulheres camponesas se reuniram em

Araguaína para um momento de formação e reflexão, com a realização da V Feira de Artesanatos e Produtos da Agricultura Familiar, trazidos pelas trabalhadoras acompanhadas pela CPT, que enalteceu os saberes e fazeres tradicionais das mulheres do campo.

No Mato Grosso, a CPT construiu coletivamente a Jornada de Lutas Unificada com as mulheres do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e outras organizações, em atividades de formação e estudos que culminaram na ocupação da Assembleia Legislativa do MT pelas mulheres sem terra.

Em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba, as camponesas acompanhadas pela CPT participaram de atos públicos, marchas pela vida e dignidade das mulheres, além de

diversas atividades formativas, como ciclos de diálogos sobre gênero, direitos, política e agroecologia.

Na Bahia e no Piauí, mulheres de diversas comunidades e territórios acompanhadas pela CPT participaram de marchas, seminários e rodas de conversas, que trabalharam o autocuidado e os direitos das mulheres, contribuindo para os processos de cura das dores causadas pelas múltiplas violências que enfrentam.

No Maranhão, a CPT se uniu ao grupo de mulheres Guerreiras da Resistência, do Movimento Quilombola do Maranhão, para promover ações de cuidado coletivo, como parte do projeto “Do banzo à sanação: enfrentando as dores pelo olhar das mulhe-

Marcha das Mulheres na luta por direitos e vida digna, em Jacobina (BA)

res”, que objetiva construir leituras críticas sobre as diversas dores causadas pela violência e opressão de gênero, sexualidade, raça e classe que atravessam suas vidas e os territórios que habitam.

No Norte de Minas e em Goiás, mulheres do campo e da cidade se uniram em marchas por direitos e para celebrar as conquistas ao longo da história. Em Goiânia/GO, as mulheres da CPT do grupo Artistas do Cerrado performaram uma peça teatral sobre a importância de tecer a união entre as mulheres contra as violências do patriarcado.

Por todo o país, a CPT construiu e somou em ações de valorização da vida, do trabalho, da luta e dos direitos das mulheres. Ecoou pelas ruas um grito forte, feminino: “Contra toda forma de violência, Mulheres em resistência!”.

Nos três dias de atividades, o coletivo resgatou a memória de luta e caminhada da CPT desde o início ao lado das comunidades camponesas, refletindo como a comunicação é fundamental não só para a denúncia de violências e o anúncio de resistências, mas também para os processos formativos e emancipatórios de luta pela terra.

“A CPT já nasceu comunicando! No mesmo ano de fundação, em dezembro de 1975, já saiu o primeiro boletim, mimeografado, com tiragem de 5.000 exemplares, dando rela-



Thomas Bauer

## MOVIMENTOS

COMUNICAÇÃO

## Encontro Nacional reúne comunicadoras e comunicadores da CPT

Em três dias de atividades, o grupo refletiu sobre a história rumo aos 50 anos da Pastoral, avaliando processos comunicativos e as disputas de narrativas enfrentadas, além de planejar atividades futuras

Setor de Comunicação da CPT Nacional

comunicacao@cptnacional.org.br

Entre os dias 23 e 25 de janeiro, cerca de 20 comunicadoras e comunicadores da CPT em todo o Brasil se reuniram em Hidrolândia/GO, no Encontro Nacional do Coletivo de Comunicação, para refletir sobre a história de quase cinco décadas da pastoral, seus processos comunicativos e as disputas de narrativas enfrentadas contra as imposições do agromercado e das mídias hegemônicas, e em defesa dos povos da terra, das águas e florestas.

Nos três dias de atividades, o coletivo resgatou a memória de luta e caminhada da CPT desde o início ao lado das comunidades camponesas, refletindo como a comunicação é fundamental não só para a denúncia de violências e o anúncio de resistências, mas também para os processos formativos e emancipatórios de luta pela terra.

“A CPT já nasceu comunicando! No mesmo ano de fundação, em dezembro de 1975, já saiu o primeiro boletim, mimeografado, com tiragem de 5.000 exemplares, dando rela-



O encontro reuniu cerca de 20 comunicadoras e comunicadores da CPT em todo o Brasil

tório da fundação da Comissão Pastoral da Terra, dos conflitos que existiam e dos clamores da Amazônia, com os territórios indígenas invadidos pelo latifúndio, posseiros expulsos pelas grandes empresas que chegavam do Sul e o trabalho escravo”, lembrou Antônio Canuto, que se considera um “pré-CPT” e que por muitos anos colaborou com a comunicação na Prelazia de São Félix do Araguaia/MT e na Secretaria Nacional.

A equipe também contou com a assessoria de Luís Indriunas, editor e redator do portal De Olho nos Ruralistas, que provocou reflexões sobre as relações entre o agronegócio, mercado financeiro, meio ambiente, políticas públicas e

grande mídia, e quais os caminhos para uma comunicação popular contra-hegemônica.

“A CPT tem que assumir o seu papel profético também na comunicação, chegando onde ninguém chega, falando o que ninguém quer falar. É preciso também reconhecer o perfil de agente da CPT muito mais do que um funcionário ou funcionária contratada por uma ONG; é um trabalho na base, no contato com as comunidades”, comentou Renata Albuquerque, comunicadora da Regional Nordeste 2, que abrange os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O momento ainda foi de construção do Plano Nacional de Comunicação, contando

com o apoio da Casa Galileia na facilitação das escutas com as equipes e na reflexão sobre os caminhos a serem trilhados, de forma que a presença da CPT seja ainda mais sistemática e permanente nos espaços de comunicação, chegando na base, com uma linguagem acessível, pedagógica, pastoral e ecumênica, valorizando sempre as expressões e o protagonismo das comunidades e suas formas de espiritualidades.

O encontro serviu para avaliar o passado e também projetar ações futuras e conjuntas para 2024, como o lançamento do relatório Conflitos no Campo, o início do ano jubilar de celebração dos 50 anos da CPT, o V Congresso, a campanha de mobilização de

recursos, a formação em Educação e outras ações regionais. Atividades de autocuidado e confraternização também fizeram parte da programação.

Para o agente Claudiano Sobral, da Regional Ceará, o encontro permitiu tratar a Comunicação de forma orgânica, com o planejamento de momentos de formação, oficinas e produção de materiais que vão poder ajudar as equipes locais a se comunicarem melhor. “Foi um momento muito produtivo, de entender melhor a narrativa da CPT, de que não é só postar notícias, mas também fazer denúncia e incidência política. Por isso, sou um defensor ferrenho da Comunicação na minha equipe”, afirmou.

Coletivo de Comunicação / CPT Nacional

## CAMPANHA DA FRATERNIDADE

## SOLIDARIEDADE

## Campanha da Fraternidade 2024 nos convida a contrapor o ódio e a indiferença

Este ano, com o tema “Fraternidade e Amizade Social”, a Campanha celebra 60 anos de ações em âmbito nacional, mobilizando a sociedade pela dignidade humana

Júlia Barbosa\*

julia@cptnacional.org.br

\*Com informações da CNBB

No contexto de um Brasil polarizado, em que crescem o ódio e a violência, a Campanha da Fraternidade 2024, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), traz consigo o tema da Amizade Social, como uma reflexão à nossa responsabilidade coletiva em lutar por uma terra sem males e pela promoção da paz.

A CF 2024 foi lançada oficialmente pela CNBB no dia 14 de fevereiro, marcando o início da quaresma. A cerimônia de abertura foi realiza-

da no Auditório Dom Helder Câmara, em Brasília (DF), com a presença de religiosas/os e leigos/os que, motivados pela Campanha, se propõem a percorrer o caminho quaresmal em comunhão e solidariedade aos mais empobrecidos e violentados pelo sistema dominante.

Inspirada pela Encíclica Fratelli Tutti, de Papa Francisco, a CF faz convite a um “amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço”, um amor que se estende para além de cercas e fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas. Um amor capaz de promover o encontro entre semelhantes, irmãs e irmãos,

valorizando suas diferenças.

Segundo o Papa Francisco, praticar a Amizade Social é viver livre de todo desejo de domínio sobre os outros, evidenciando que Deus criou todos os seres humanos iguais em direitos, deveres e dignidade. É fazer do amor uma cultura de comunhão e acolhimento.

#### Caminho quaresmal

A partir desse entendimento, a CF aponta um caminho quaresmal em três perspectivas: primeiro, incentivar as pessoas a reconhecerem as situações de inimizade que geram violência e atentam contra a dignidade dos filhos e filhas de Deus; segundo, motivar as pessoas a iluminarem-se pelo

## “Vós sois todos irmãos e irmãs”

(Mt 23,8)



Evangelho que as une, resgatando o sentido das relações humanas; e terceiro, agir por uma conversão constante, promovendo transformações pessoais e comunitárias.

Essa caminhada é orientada pelo texto-base da Campanha da Fraternidade, reflexão fundamental que sustenta a CF e seu principal subsídio de estudo. O material propõe o despertar do espírito de solidariedade e do compromisso, a fim de reconhecer o valor da fraternidade humana, até que a paz e a dignidade sejam uma realidade entre todas as pessoas e povos.

#### Opostas à Amizade Social, a desumanização e a violência

Pelo olhar macro-ecumênico do Papa Francisco, que prega uma espiritualidade do encontro, humilde e fraterno, esta CF é um convite a todas as pessoas de boa fé que, in-

dependentemente da religião ou crença, sejam capazes de reconhecer a sua própria humanidade no outro.

Para Frei Xavier Plassat, da Comissão Pastoral da Terra, todos somos irmãs e irmãos por nossa humanidade. Ele ainda afirma que o que nos faz humanos é “essa nossa capacidade de encontrar, em cada um dos nossos irmãos e irmãs, a imagem e semelhança de Deus”, não utilizando, assim, a fé como barreira, mas como possibilidade de encontro.

Segundo Plassat, que é coordenador da Campanha Nacional da CPT ‘De Olho Aberto para não Virar Escravo’, a prática da escravidão e uso da violência no campo consiste em negar humanidade de seu semelhante, que também é, para ele, a negação absoluta do próprio Deus. “É negar que todos temos um Pai

em comum, é a naturalização do “diabólico” entre nós, pois coloca, entre irmãos e irmãs, o ódio, a violência e a indiferença”, explica.

A violência no campo é a realidade que motivou a criação da CPT, em 1975, e que é sistematizada e denunciada, desde 1985, através do registro e publicação anual do Caderno de Conflitos no Campo Brasil, pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT). De acordo com os dados do Cedoc, em sua publicação mais recente, no Brasil foram registradas 2.018 ocorrências de conflitos no campo em 2022, que envolveram 909.450 pessoas. Do número de ocorrências, 96,4% foram de ações violentas contra povos e comunidades camponesas ou tradicionais.

A partir desta realidade, muitas vezes ignorada ou

desconhecida por parte da sociedade, Frei Xavier traz um questionamento pertinente: “Como é possível falar em fraternidade e amizade social quando é negada ou tolerada a realidade do trabalho escravo e da violência no campo no Brasil?”.

Uma resposta possível é percebida na própria Fratelli Tutti, que fundamenta a Campanha deste ano. Na carta, o Santo Padre escreve que, perante as várias formas atuais de ignorar ou violentar o outro, é preciso que sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social, que exige ações concretas e coletivas contra toda forma de violência. O primeiro passo desta caminhada é justamente reconhecer que “Vós sois todos irmãos e irmãs” (cf. Mt 23,8), em sua humanidade, dignidade e fraternidade.

#### Trechos do texto-base da Campanha da Fraternidade 2024

18. “[...] A amizade social é uma convocação a valorizar o direito à vida, o direito ao seu desenvolvimento

integral, sobrepondo-se ao individualismo utilitarista, que fecha as pessoas à transcendência de si mesmas, que surge na interação social. A amizade social é, para Francisco, o antídoto contra um ser humano

fechado em si mesmo e, consequentemente, contra um mundo fechado aos vulneráveis”.

26. “No entanto, nem as di-

ferenças, nem as divergências, nem a oposição devem nos impedir de cumprir o mandamento maior que Jesus nos deixou como seu testamento: “Eu vos dou um novo mandamento: que vos ameis uns aos

outros. Como eu vos amei, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros” (Jo 13,34), ainda que ele comporte a exigência que nos qualifica como cristãos: “Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos

perseguem” (Mt 5,44)”. 39. “[...] É tempo de anunciarmos o Evangelho da Paz, daquela paz que o Senhor Jesus nos oferece e que não é a mesma que o mundo nos dá (cf. Jo 14,27). [...] Ousado é

ainda acreditar e professar fé em um Deus de Paz, reconhecendo todo ser humano como sua imagem e semelhança, e ainda ter esperança nessa visão teológica-antropológica da pessoa humana”.

MEIO AMBIENTE

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

# Com o “Pacote do Veneno” aprovado, a luta contra os agrotóxicos continua ainda mais acirrada

No país que mais utiliza pesticidas no mundo, o contraponto é lutar por políticas públicas de redução dos químicos, proteção das comunidades e promoção da agroecologia

**Carlos Henrique Silva**  
 comunicacao@cptnacional.org.br

Mesmo com os vetos do presidente Lula, entrou em vigor a Lei nº 14.785, conhecida como “Pacote do Veneno”. A lei, aprovada em meio a um grande acordo no Congresso, vem facilitar o processo de liberação de agrotóxicos, com prazos curtos para o registro de novos produtos, aumentando uma contaminação já abusiva. Segundo levantamento da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2021, o país já usava mais veneno em suas lavouras do que a China e os Estados Unidos juntos.

Durante o governo Bolsonaro, foram aprovados 2.182 pesticidas. Em seu primeiro ano, o governo Lula aprovou 555 produtos, ainda assim uma quantidade muito alta de químicos disponibilizados para produção de alimentos e ultraprocessados.

“Mudamos de governo, mas não mudamos a velha política de agricultura vigente no país, de commodities, agrotóxicos e

sementes transgênicas. E isto nos preocupa, porque é a manutenção do mesmo modelo centrado nos interesses de latifundiários e na influência de multinacionais do setor químico,” afirma Fran Paula, pesquisadora e integrante da coordenação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

O Brasil caminha numa direção contrária a outros países em transição agroecológica. Com o alinhamento político dos governos recentes e a atuação danosa da bancada ruralista, aumenta a pressão por legislações ainda mais permissivas, inclusive nos estados, com leis que favorecem o uso de pulverização aérea com aviões agrícolas.

“Pela primeira vez, registramos mortes de peixes no nosso rio no período chuvoso. Com todo esse veneno despejado, não vamos conseguir produzir mais nada nessa terra, nem para nosso próprio consumo”, afirmam lideranças do povo indígena Puruborá, em Seringueiras/RO. A contaminação atinge a água, a terra e o ar, tornando a produção, consumo e sobrevivência do povo incompatíveis

com a vida humana.

“As ocorrências estão presentes em todos os âmbitos da violência no campo: conflitos pela terra e água, conflitos trabalhistas, violência contra as pessoas e mortes violentas no campo, tudo é ‘borrifado’ pelos agrotóxicos, nos diversos biomas”, analisa a documentalista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc), Muria Carrijo Viana. Órgãos como o Instituto Nacional de Câncer (INCA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também alertam para os danos à saúde.

Na contramão do Pacote do Veneno, as comunidades e movimentos da sociedade civil têm muita luta pela frente. Além da luta nos estados, outra mobilização é pela efetivação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRO-NARA), promovendo a agroecologia como caminho para a soberania alimentar, com o uso de repelentes naturais.

“Temos convocado toda a população a seguir mobilizada, pressionando, dialogando nos municípios, dos estados. Teremos eleições municipais, que também são importantes para a mudança nessa estrutura política agrária vigente no Brasil, em busca de garantia de direitos à alimentação saudável e adequada”, acrescenta Fran Paula.

## Resíduos de agrotóxicos em alimentos naturais e ultraprocessados

### ALIMENTOS NATURAIS

A Anvisa testou frutas e legumes coletados em todo país, e 8 em cada 10 agrotóxicos proibidos estavam presentes ou em quantidade acima do limite permitido:

**Pimentão:** Cipermetrina, Deltametrina e Carbendazim\*\*\*

**Cenoura:** Triflurarina e Tetraconazol, Clorpirifós, Acetato e Flutriafol

**Tomate:** Bifentrina\*, Ciflutrina e Lambda-Cialotrina

**Laranja:** Formetanato, Carbofurano, 2,4-D e Mepiquate

**Milho:** Glifosato e Lambda-Cialotrina

\* Uso agrícola proibido na União Europeia  
 \*\*\* Uso agrícola proibido na União Europeia, EUA e Canadá

### ULTRAPROCESSADOS

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) testou 27 produtos alimentícios e bebidas de 8 categorias, em supermercados da cidade de Campinas/SP. 16 dos produtos analisados continham pelo menos um tipo de agrotóxico

**Empanado de frango (nugget) - Requeijão - Hambúrguer de carne bovina - Salsicha - Salgadinhos - Biscoito/bolacha recheada**

Agrotóxicos mais presentes: Glifosato, Glufosinato, Butóxido de piperonila.

Fontes: Anvisa e Idec

CONJUNTURA

QUESTÃO AGRÁRIA

# Para um governo popular, ouvir a voz das comunidades é urgente

No ano de reconstrução do país e expectativa de abertura para pautas dos povos tradicionais e comunidades do campo, política agrária não avança

**Heloisa Sousa e CPT Nordeste II**  
 heloisa@cptnacional.org.br

O ano de 2023 iniciou em clima de entusiasmo, com a volta de Lula da Silva à Presidência da República. A expectativa era de abertura e diálogo entre o governo federal e as articulações populares, deixando para trás um período marcado pelo golpe de 2016, eleição de Jair Bolsonaro e ascensão da extrema-direita no país. No entanto, o primeiro ano de governo Lula permaneceu inerte frente às principais demandas dos povos da terra, das águas e das florestas. O sentimento de frustração, contudo, não toma espaço da contínua resistência e mobilização na busca pela consolidação dos direitos e na construção de uma Terra Sem Males.

No que diz respeito à desapropriação de terras para reforma agrária e assentamentos em terras públicas, o Incra permaneceu inoperante. A política de distribuição de terras,

surgida em setembro de 2023, a partir do reconhecimento do STF de que propriedade produtiva que não cumpre função social também pode ser desapropriada para fins de reforma agrária, também não foi aproveitada pelo órgão. Nem mesmo a demanda apresentada pelos movimentos sociais para a aquisição de terras onde vivem comunidades ameaçadas de despejo e sob violência foi cumprida. O espaço acabou tomado pela presença da bancada ruralista no Congresso, que segue pausando seus interesses junto ao governo federal, a exemplo da promulgação do PL do Marco Temporal, em dezembro.

Em relação às comunidades quilombolas, dos 1.800 processos em aberto, apenas 17% avançaram até a etapa de publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID). A emissão de títulos definitivos favoreceu 1.163 famílias quilombolas em seis territórios nos estados da BA, CE, MG e SE, totalizando quase



Movimentos do campo realizam ato na III Semana de Resistência Camponesa, em Cuiabá (MT)

6.342 hectares regularizados. No entanto, o desafio reside na abordagem dessa regularização, que frequentemente ocorre em terras já ocupadas pelos quilombolas e sem a remoção dos invasores no território, o que acarreta o acirramento de conflitos agrários.

Para este ano, a pauta da reforma agrária seguirá ameaçada se depender do orçamento a ela destinado. Segundo o Incra, o Ministério da Fazenda destinará R\$567 milhões para essa política em 2024, valor muito inferior ao necessário e ao reivindicado para atender às demandas acumu-

ladas por anos de paralisação da reforma agrária, sendo o menor orçamento de todos os governos petistas. Incluir os pobres na conta é, sobretudo, garantir recursos e medidas que possibilitem a concretização de uma reforma agrária ampla e popular, que permita a consolidação de modelos coletivos e agroecológicos de produção.

Mas 2023 contou também com aumento de recursos para importantes programas de política agrícola, a exemplo do PAA (R\$250 milhões), Pnae (R\$5,5 bilhões) e Pronaf (R\$77,7 bilhões). Os investimentos, no entanto, no que

diz respeito a essas políticas, ainda são injustos e desiguais, com uma fatia maior sendo destinada ao custeio do agronegócio que recebeu, por meio do plano Safra, R\$364,22 bilhões.

Marcado por importantes mobilizações, atos, protestos e marchas que ecoaram as vozes do povo trabalhador, pela demarcação dos territórios, pela proteção à vida e aos direitos plenos e pela dignidade, 2023 também foi um ano de luta. “É preciso coragem para caminhar, para ir mais longe. É uma questão de amor”, é o chamado do Papa Francisco para o ano de 2024.

Julia Barbosa

MULHERES

HISTÓRIA DE VIDA

# Dona Raimunda da Gleba Tauá, uma mulher dentro de um território em disputa

**Laudinha Moraes\***  
 Agente Pastoral CPT Araguaia-TO  
 Edição: Heloisa Sousa

A história de Dona Raimunda se inicia em 4 de novembro de 1944, na comunidade Vão, no interior do Maranhão. Raimunda Pereira dos Santos nasceu entre os municípios maranhenses de Estreito e Carolina, sendo a primeira de doze filhos. Dos doze, só cinco se criaram.

Em uma das viagens do pai para trabalhar em um garimpo, ele descobriu uma terra que não possuía donos, oportunidade para trabalhar livremente em Barra do Ouro/TO. Ali era o território Gleba Tauá, uma área de 17.735,000 ha, sendo reconhecida como da União e com grande valor histórico e cultural. Raimunda tinha 8 anos e, junto com os pais, avós e irmãos, migrou para o lugar que seria a nova morada da família.

Com pouco acesso à educação, ela traz em seu modo de vida práticas informais e de subsistência por meio de uma rede familiar. As tradições foram passando de geração em geração, os conhecimentos transmitidos oralmente, são elementos que conseguem manter seus modos de vida da década de 50 até os dias atuais.

Na adolescência, a menina perdeu o tão protetor ‘zelo’ do pai. Vivendo em um contexto ex-

tremente patriarcal, Raimunda cozinhava, ajudava na roça, lavava, cuidava da criação dos bichos e também dos irmãos. Foi ensinada desde cedo que, como mulher, precisava cuidar das tarefas domésticas.

Seu casamento foi, como era comum, arranjado por sua mãe e seu avô. Daquele que seria o escolhido para ser seu marido, ela só sabia o nome: Raimundo. O prometido era um homem de 30 anos, com situação financeira semelhante à sua, que apareceu em uma das festas do Divino Espírito Santo.

Dona Raimunda se casou aos 15 e foi morar em uma área desocupada da Tauá. Dali, ela assumiu a vida de mulher casada, cuidando da casa, da roça e dos 12 filhos, dos quais o marido não se preocupava em decidir junto os nomes. Por isso, ela escolheu sozinha o nome e registrou filho por filho sem o nome do pai.

A perda do pai, o casamento que lhe arranjaram e as violências do ex-marido eram um conjunto de fatores que atravessaram a vida desta mulher e que lhe enchia de indignação, mas que não a fizeram negar sua realidade. Após a separação, depois de 21 anos, Dona Raimunda não imaginava que os grandes desafios que enfrentaria estavam apenas começando. O território visto por



Laudinha Moraes

moradores para venderem suas benfeitorias a eles.

Na época, Dona Raimunda se via em fase de reconstrução de sua vida, após a separação. Ela e o ex-marido fizeram um acordo de divisão da terra em que viviam em duas partes. Mas ela descobriu que Raimundo havia vendido a ‘parte dele’ para Antônio Beniti que, com um ano, a vendeu para Binotto.

Atualmente, a comunidade abriga 82 famílias que se dividem entre posseiros tradicionais, como a família de Raimunda; e os ocupantes, famílias que migraram do MA em busca de melhores condições de vida. A essas famílias também se somaram outras da região do povoado de Morro Grande, em 2012, que reivindicam a criação do assentamento. Nesse mesmo ano, diante dos conflitos, ela procurou a CPT Araguaia-Tocantins, que desde então lhe acompanha junto ao grupo dos tradicionais de Tauá.

Dona Raimunda já teve sua casa derrubada, seus animais mortos e sua água envenenada. Já sofreu despejo e ameaças de morte, mas permanece firme e repetindo que sua terra, ninguém lhe tira. Os conflitos permanecem, mas ela colhe, preserva, cuida, cria e continua na fé justa de que seu território será regularizado e viverá em paz. Dona Raimunda resiste!

Dona Raimunda se destaca como figura simbólica de luta e resistência da comunidade da Gleba Tauá

ela como lugar de vida, passou a ser visto por outros como lugar de exploração.

Ela encontrou na comunidade Tauá um lugar de ‘Bem viver’ ligado ao espaço de pertencimento que foi se construindo no decorrer dos anos. Seu olhar está voltado para a vida em natureza no território, que se apresenta como espaços compartilhados não só de moradia, mas das resistências que

também foram se consolidando.

A comunidade, que anteriormente dava-se como um lugar comum, de harmonia, se tornou um espaço de desassossego com a especulação da área para a monocultura da soja e criação de gado, com a chegada da família Binotto. Vindos de Santa Catarina, em 1977, os Binotto passaram um bom tempo conhecendo o território e assediando os

NUESTRA AMÉRICA

## Brasil é réu em corte internacional pela morte de trabalhadores rurais na Paraíba

O Estado brasileiro foi julgado, nos dias 8 e 9/02, em San José, na Costa Rica, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), pela omissão e não responsabilização dos envolvidos no assassinato e no desaparecimento dos trabalhadores rurais Manoel Luiz da Silva e Almir Muniz, ocorridos na Paraíba, em 1997 e 2002, respectivamente.

A ação é fruto de mobilização da CPT, Justiça Global, Dignitatis e CAMT Advogados Associados. As petições defendem que o Brasil tome medidas efetivas no combate à violência no campo em todo território nacional e repare de forma material e imaterial as famílias das vítimas.



Arquivo da família e CPT Nordeste 2

Noaldo Meireles, assessor jurídico da CPT, solicita também a criação de um memorial nas comunidades em que os trabalhadores viviam

O caso de Manoel Luiz foi enviado em 2003 e admitido em 2006 CIDH — em 2021, chegou à Corte. Já o caso de Almir Muniz chegou à Comissão em 2009, e foi submetido em 2016

à Corte. Os julgamentos foram transmitidos ao vivo e podem ser conferidos no canal do YouTube da Justiça Global.

Fonte: CPT João Pessoa

## Lula recebe apoio de países latino-americanos após declarações sobre Israel



Ricardo Stueckert / PR

O presidente em visita à Etiópia, onde deu declarações sobre o conflito em Gaza

Líderes de países da América Latina manifestaram apoio ao presidente Lula da Silva após as contundentes declarações sobre o governo de Israel e o massacre em Gaza. O presidente foi declarado persona non grata pelo governo israelense.

A Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), formada por Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominicana, Granada, Nicarágua, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Venezuela

divulgou uma nota afirmando que os estados-membros solidarizam-se com Lula.

A Alba pede o cessar-fogo imediato e reforça o apoio à proposta, defendida por Lula, de uma saída negociada para o conflito no Oriente Médio, que incluía a solução de dois Estados, dando à Palestina direitos plenos como Estado independente, com capital em Jerusalém Oriental.

Fonte: Brasil de Fato

## Organizações realizam novos protestos contra a mineração panamenha

A organização social Alianza Pueblo Unidos por la Vida anunciou novos protestos e manifestações no Panamá para exigir a saída da empresa Minera Panamá, que causa danos ambientais e ameaça a soberania do país.

Um dos porta-vozes do grupo, Jorge Guzmán, considerou como desrespeitoso com os panamenhos o anúncio de um programa de visitas à mina de cobre Donoso, na província de Colón. O Ministério de Co-

mércio e Indústrias (Mici) espera que a empresa, filial da transnacional canadense First Quantum, preste contas do programa, que ocorre quando a empresa deveria se ocupar com o fim das operações na mina.

Recentes informações do Centro de Incidência Ambiental (Ciam), apontam os perigos existentes de contaminação pela Minera Panamá, os quais não foram revelados pelo governo panamenho.

Fonte: Telesur



Bienvenido Velasco/EPA/Lusa

Comemoração após anúncio de inconstitucionalidade do contrato da mina, na Cidade do Panamá.

## PÁGINA BÍBLICA

## REFLEXÃO

## A luta dos povos pela terra e a Terra de Deus

Evangelho de Isaías  
Capítulo 5, Versículo 8

"Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo, até que não haja mais lugar, até serem eles os únicos moradores da terra"

Múria Carrijo Viana\*  
Documentalista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT)  
Edição: Júlia Barbosa

Refletir sobre a luta pela terra a partir da Bíblia pede de nós algumas perguntas iniciais. Dentre elas: "Como eu vejo ou o que eu sei sobre a luta pela terra/território no Brasil e na América Latina?"; "O que eu conheço sobre a luta de Margarida Maria Alves? Ou da Imã Dorothy Stang junto aos povos da Amazônia?"; "O que eu sei do movimento em torno de Marçal Tupã? De Sepé Tiaraju? De Santa Dica?"; "E sobre a luta de Palmares, Canudos e Caldeirão?"; "O que sei sobre a luta dos povos indígenas e quilombolas pela regularização de seus territórios?"; "Como eu percebo os atos de Israel sobre a Palestina? O antigo Israel da Bíblia é o atual estado de Israel? Afinal, Deus só prometeu a terra para Israel?"; "O que todas essas lutas têm em comum?";

Por que começar com tais perguntas que não se esgotam em si mesmas? Porque a Bíblia é um livro de fé que ilumina a nossa vida hoje. Então, é importante

perguntar pela vida concreta e navegar nesse movimento. No livro 'A Leitura Popular da Bíblia: à procura da moeda perdida', Nancy Cardoso e Carlos Mesters nos provocam que perguntar pela vida concreta é indagar "pela forma de organizar a Vida: o trabalho, a vida social, as relações entre homem-mulher, adulto-criança, um povo-outros povos; o poder político, o saber, a religião, a cultura...".

Na Bíblia, a história dos muitos povos lá existentes praticamente se confunde com a luta pela terra. E a luta pela terra é profundamente ligada à luta pela água: "você me abençoou, dando-me uma terra na região de Negueb. Agora, dê-me também fontes de água" (Jz 1, 15).

Bem... Se são muitos povos, trata-se de uma luta motivada por várias experiências de fé, e não apenas de um povo eleito. E, na compreensão bíblica, a terra pertence a Deus. Então, se a terra pertence a Deus, qual é o princípio fundamental para o direito à posse dela? Nada mais, nada menos, do que aquilo que os povos e comunidades dos dias atuais pautam em suas lutas: a partilha justa e igualitária da

terra. Aliás, "a justa distribuição da terra foi uma das mais árduas lutas dos profetas bíblicos" (KESSLER, 2001). E das profetisas também!

Importante dizer que a luta pela terra não necessita de justificativa bíblica. Porém, enquanto povos de fé que têm a Bíblia como seu livro sagrado - outros povos têm outros livros sagrados -, é interessante dialogarmos sobre as motivações para o direito à posse da terra, bíblicamente falando. Entre estas, a compreensão da terra como herança, aliança, promessa e bênção.

Herança nos remete a ancestralidade. A terra é um bem recebido. Junto com ela, os saberes ancestrais de cuidado, cura, modos de ser e de existir. Assim, a terra é sagrada; não pode ser negociada, não pode ser objeto de compra e venda, pois não é mercadoria. A Bíblia nos conta que o rei Acab propôs comprar a terra do agricultor Nabot e este respondeu: "Deus me livre de ceder-te a herança dos meus pais" (1Rs 21,3). Entre outras coisas, isso pode nos ensinar que, na Bíblia, a ligação que as pessoas pobres têm com a terra vai muito além de títulos de propriedade.

Aliança significa pacto, por meio do qual Deus se alia a todos os seres e se torna presença solidária junto às pessoas que resistem contra as formas de dominação, para continuarem existindo: "Eu estou estabelecendo minha aliança com vocês, com seus descendentes que vierem depois de vocês, e com todos os seres vivos

que estão com vocês... Estabeleço com vocês esta aliança: De tudo o que existe, nada mais será destruído..." (Gn 9, 8-9). A destruição da terra/território, as guerras, não fazem parte dos planos de Deus. Tal realidade resulta da ambição, cobiça, ganância por poder e riqueza - nos tempos atuais, nos moldes do sistema capitalista.

Promessa é comprometimento. A promessa alimenta a esperança de que a aliança não será desfeita. E, segundo a Bíblia, Deus prometeu a terra para os povos viverem com dignidade, trabalharem, comerem, desfrutarem dos frutos do seu trabalho, fazerem suas festas (Ecl 2, 24). Porém, na Bíblia, a promessa da terra é relacionada com o seguinte pedido de Deus: "por isso, vá! Eu envio você ao faraó!" (Ex 3, 10). Ou seja, Deus prometeu a posse da terra como fonte de vida, mas por causa dos projetos dos "reis" - do gado, da soja, da cana, das colícas, da mineração... - a conquista ou permanência nela depende de esforço humano e estratégias de luta. E, nas estratégias de luta, os povos vivenciam que, nas relações terra-natureza-ser humano, é na diversidade dos frutos que se encontra a vida farta.

Na Bíblia, a diversidade está presente também na promessa de terra boa: "Olhe! Javé, o seu Deus, vai fazer você entrar numa terra boa, terra cheia de ribeirões e de fontes profundas que joram nas planícies e na montanha; terra de trigo e cevada, de vinhas,

figueiras e romãzeiras; terra de oliveiras, de azeite e de mel; terra onde você comerá pão sem escassez, pois aí nada lhe faltará..." (Dt 8, 7-8). A terra boa é a da diversidade, não a do monocultivo.

A bênção é profundamente relacionada com a herança, aliança e promessa, pois expressa bem-estar, saúde ou felicidade, tanto para si quanto para outras pessoas. Pode-se pensar, também, que a bênção fortalece o corpo-território na preservação da memória ancestral e cultural dos povos.

Por fim, existem semelhanças e diferenças entre a realidade dos povos da Bíblia e a realidade dos povos do Brasil e do mundo. Mas, ao refletirmos sobre as motivações bíblicas para o direito à posse da terra, percebe-se que não é possível dar razão aos sistemas de mercado que tratam a terra, as águas, o ar e a floresta como mercadoria. E, também, que não podemos reforçar interpretações de um povo eleito, que justificam violências em nome de Deus.

## REFERÊNCIAS

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. CPT: pastoral e compromisso. Petrópolis-Goiânia: Vozes-CPT, 1983.

KESSLER, Rainer. Miquéias e a questão da terra no antigo Israel. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 11, n. 5, p. 791-800, 2001.

NEUENFELDT, Elaine; SCHINELO, Edmilson. Felizes os que promovem a paz, Círculos Bíblicos, Campanha da Fraternidade Ecológica 2005, CEBI, São Leopoldo/RS, 2004.

Nova Bíblia Pastoral, Paulus, 2014.

PEREIRA, Nancy Cardoso; MESTERS, Carlos. A Leitura Popular da Bíblia: à procura da moeda perdida. Série: A Palavra na Vida, nº 73, CEBI, São Leopoldo/RS, 2011.

## EXPERIÊNCIAS

## MINERAÇÃO, AQUI NÃO!

## "O desenvolvimento nos empobreceu": Impactos da Mineração no Cerrado

Encontro entre comunidades afetadas de Minas Gerais e Bahia contou com a presença de representantes de diversos movimentos sociais e organizações em defesa dos direitos dos povos e territórios

Júlia Barbosa  
julia@cptnacional.org.br

"Mineração, aqui não!" foi o grito que uniu comunidades camponesas de Minas Gerais e Bahia, entre os dias 1 e 3 de março, em Montes Claros/MG, durante o Encontro "Impactos da Mineração no Cerrado, berço das águas!". A atividade reuniu lideranças dos territórios e representantes de movimentos e organizações sociais, a fim de fortalecer as lutas e ampliar as frentes de combate à mineração no bioma.

Durante os três dias de atividades, as comunidades denunciaram as diversas formas como a mineração tem impactado a vida nos territórios. "A luta contra a mineração é muito grande na nossa comunidade, a gente fica perturbado com tanto movimento e tanto impacto da mineração no nosso território", expõe Raimundo Silva, liderança da Comunidade Quilombola Peixe Bravo (MG).

Desde as enormes grotas resultadas da exploração, à poeira

tóxica e aos poços d'água contaminados por minérios, o fato é que os empreendimentos do capital mineral deixam um rastro de destruição por onde passam, como avalia Luiz Paulo Siqueira, da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM): "Onde tem a mineração, se destrói tudo que vem da terra. Eles têm uma estratégia de articulação política que gera dependência econômica na região, exportando matéria prima e commodities às custas da destruição do povo e dos territórios", afirma.

## Estratégias do capital mineral

Segundo a deputada estadual Leninha Alves (PT/MG), que esteve presente no Encontro, essa mesma estratégia de articulação está aliada a um falso discurso de desenvolvimento, que oculta os impactos desse modelo que esgota a natureza e confunde as próprias comunidades.

Com esse discurso, busca-se tornar natural a devastação causada pelas mineradoras, como afirma o doutorando em

Antropologia Alexandre Gonçalves, que assessorou o Encontro: "Vão criando formas de naturalizar a destruição dos territórios e a exploração da natureza, fragilizando as nossas lutas e garantindo o avanço do capital mineral", alerta o agente voluntário da CPT.

Parte da estratégia do capital da mineração, ainda segundo Luiz Paulo Siqueira, é desmantelar os órgãos de fiscalização e monitoramento das atividades das mineradoras, uma vez que as próprias empresas atestam a segurança das barragens e os riscos da extração e de contaminação. E quem paga o preço é sempre o povo, afirma Luiz, como no caso de Brumadinho (MG), em janeiro de 2019, quando uma barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale rompeu, uma tragédia-crime que resultou na morte de 272 pessoas, devastando comunidades inteiras e causando danos ambientais irreparáveis.

## Onde há mineração, há conflitos

Conforme aponta o Relatório Conflitos da Mineração, em 2022, foram contabilizados 932 conflitos oriundos da mineração, em 792 localidades, que envolveram 688.573 pessoas, sendo a maioria indígenas e trabalhadores. Não por acaso,



Júlia Barbosa

O Encontro foi fortalecido pela mística e espiritualidade, que nutrem as lutas das comunidades em seus territórios

nos municípios com maior faturamento pela mineração, observa-se um grande número de famílias em situação de extrema pobreza e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média nacional, de acordo com o Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração.

Frente aos males e ameaças da mineração, é preciso fortalecer as lutas e continuar caminhando pelo bem da Casa Comum e de todos os seus povos. É preciso, como afirma Luiz Paulo Siqueira, "tomar a história com as nossas mãos, senão eles vão tomá-la, e a história deles é a de destruição e exploração às custas dos povos e dos territórios".

## GALERIA

Helôisa Sousa

### *A próxima geração*

Por Tereza e Taynara - MST/GO

*Da ditadura se fez nascer  
Em meio a guerra e desigualdade  
Um movimento organizado  
Democrático e massificado  
Nas mãos de camponeses e camponesas foi  
moldado  
Impulsionado por uma vontade  
De plantar, colher, comer e compartilhar  
De lutar pela terra  
Agora, se completam os 40 anos  
E nossa sede de lutar é cada vez maior  
O corpo ainda estremece a cada injustiça  
Gritamos juntos*

*Para que a voz da classe trabalhadora seja  
ouvida  
Ansiamos por igualdade social  
Com 40 anos permanecemos vivos  
Mais vivos do que nunca  
A nossa luta sempre será para o povo  
E, mais importante,  
Com o povo  
A nossa luta  
O nosso canto*

*A nossa bandeira  
Ecoarão cada vez mais longe  
Seguimos organizados na esperança de um  
pedaço de chão  
De comida na mesa  
De informação e formação de uma classe  
conscientizada  
Vamos juntos aos 40 anos do MST!*

#MST40anos



#### Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

##### Dados para Depósito ou Transferência:

Comissão Pastoral da Terra  
Caixa Econômica Federal  
Agência 4520 - Operação 003  
Conta 648-6  
PIX/CNPJ: 02.375.913/0001-18

##### Envie seu comprovante, dúvidas e sugestões para:

E-mail:  
sustentabilidade@cptnacional.org.br

WhatsApp:  
(62) 99268.6837

Este jornal tem a certificação da responsabilidade florestal FSC e é feito com papel de plantação bem manejada.



#### Comissão Pastoral da Terra

##### Correios

Impresso  
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:  
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,  
1º andar, Centro. CEP  
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea